



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas-
FATECS
Curso de Ciências Contábeis

MIRIAN DE SOUZA LIMA SILVA

ANÁLISE DAS DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE ENTIDADES SINDICAIS:
ESTUDO DE CASO DE DOIS SINDICATOS.

Brasília
2014

MIRIAN DE SOUZA LIMA SILVA

ANÁLISE DAS DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE ENTIDADES SINDICAIS:
ESTUDO DE CASO DE DOIS SINDICATOS.

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como requisito para a
conclusão do curso de Bacharela em
Ciências Contábeis do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).
Orientador: Prof. Romildo Araújo da Silva

Brasília
2014

MIRIAN DE SOUZA LIMA SILVA

ANÁLISE DAS DESTINAÇÕES DAS RECETAS DE ENTIDADES SINDICAIS:
ESTUDO DE CASO DE DOIS SINDICATOS.

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como requisito para a
conclusão do curso de Bacharela em
Ciências Contábeis do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).
Orientador: Mestre Romildo Araújo da
Silva

Brasília, 18 de junho de 2014.

Banca Examinadora

Me. Romildo Araújo da Silva
Orientador

Prof.: Antônio Eustáquio C. da Costa
Examinador

Prof.: Giovanni Rossetti Segadilha
Examinador

Ao meu pai, Francisco de Souza Lima, e à minha mãe, Maria de Nazaré Lima, incentivadores dos meus sonhos e pessoas que sempre estarão ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu esposo, Renato Silva de Sousa, como reconhecimento pelo amor, carinho, ajuda e compreensão durante todo o tempo.

As minhas filhas Adrielle Lima de Sousa e Mirelle Lima de Sousa que embora não tivessem conhecimentos disto, mais iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos sendo assim, fonte de energias para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me concedeu a vida.

A minha família, em especiais meus irmãos, pelo apoio e incentivo diário.

Ao meu orientador Mestre Romildo Araújo Silva que sempre me deu total suporte não apenas por ter me ensinado, mas por ter me feito aprender, meus eternos agradecimentos.

As minhas grandes amigas Ana Paula Marques, Cleidiane Caetano, Clenilda Sousa, Mislene Santiago e Vanesk Evelyn que nos momentos mais difíceis seguraram em minhas mãos.

Aos meus amigos que tive a oportunidade de conhecer durante o curso, em especial a Waldianne Pereira pelo incentivo nos momentos difíceis e companheirismo e Priscila Alves pelo apoio.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

ANÁLISE DAS DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE ENTIDADES SINDICAIS: ESTUDO DE CASO DE DOIS SINDICATOS.

RESUMO

Compreende-se que a contabilidade visa estudar, interpretar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio, tanto para entidades com fins lucrativos quanto para entidades sem fins lucrativos. Diante da importância do papel das entidades do terceiro setor nas lacunas deixadas pelo Estado, o presente estudo tem como objetivo verificar a relação entre a destinação das receitas de duas entidades sindicais, no período de 2011-2013, e mostrar os impactos das despesas sobre o patrimônio social. Visando à transparência nas contas das entidades e a finalidade destas (o bem estar social, a qualidade de vida), os resultados devem ser apresentados de modo satisfatório para as partes interessadas, além disso, como o papel do terceiro setor é contribuir com o primeiro setor, é essencial que aquelas demonstrem como os aportes estão sendo aplicados. A metodologia adotada trata-se de um estudo com características de natureza qualitativa, exploratória e caráter descritivo. Por fim, os resultados das pesquisas mostram que as entidades em estudo geraram resultados econômicos positivos e negativos, ou seja, em alguns exercícios, as receitas geradas pela entidade não têm suprido as despesas constituídas. Esse resultado pode ser fruto de um mau planejamento para a tomada de decisões.

Palavras-chaves: Terceiro setor. Sindicatos. Análise das destinações.

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira é formada por uma estrutura com três campos atuantes: o primeiro setor (Estado), o segundo setor (Mercado) e o terceiro setor (Entidades sem fins lucrativos).

Com o propósito especial de provocar mudanças sociais, o terceiro setor, segundo Hudson (1999), formado por grandes organizações heterogêneas, surgiu no intuito de contribuir com o primeiro setor.

Entidades sem fins lucrativos - ESFL - são instituições privadas com fins específicos de gerar mudanças sociais, todavia, para garantir a continuidade e atingir seu objetivo, seu patrimônio é constituído, sustentado e aumentado pelas contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para seus membros defensores (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Portanto, com relação aos recursos financeiros para atender às necessidades de seus propósitos iniciais, há dois tipos de entidades: entidades que dependem fundamentalmente de recursos provenientes do governo e as entidades que não dependem das subvenções governamentais. No primeiro caso, os exemplos são as entidades de caráter beneficente e filantrópico, no segundo caso, os exemplos são as associações classistas, religiosas e as entidades sindicais, que são o objeto de estudo dessa pesquisa, muitas delas sobrevivendo de taxas cobradas da comunidade, sócios e associados por serviços prestados.

Segundo Silva e Niyama (2011, p.282) “de um modo geral, estas entidades atuam no sentido de promover o bem-estar comum da sociedade”.

Observa-se então, que as atividades desempenhadas têm como finalidade apresentar resultados satisfatórios para a comunidade em geral, dessa forma, as ESFL também devem apresentar os resultados de suas operações aos agentes financiadores, seja o governo, a sociedade ou os sócios, o que ocorre por meio de suas prestações de contas.

Importantes relatórios utilizados nas prestações de contas têm origem na contabilidade, que é fonte relevante na produção de informações para tomada de decisão e na evidenciação da situação econômica e financeira das entidades.

Entende-se que a contabilidade e seus princípios são aplicáveis e obrigatórias para todas as organizações, sejam elas de fins lucrativos ou não, logo,

compreende-se que a prestação de conta é um importante instrumento de clareza na gestão das entidades.

No contexto do importante papel do terceiro setor e das informações produzidas pela contabilidade das entidades sem fins lucrativos para a sociedade foi estabelecida a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre a destinação das receitas das entidades sindicais A e B no período de 2011-2013?**

O Objetivo Geral dessa pesquisa é verificar como estão sendo aplicados as receitas e o impacto das despesas sobre os sindicatos pesquisados.

Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram fixados:

- a) Analisar as demonstrações contábeis, identificando as receitas e despesas constituídas;
- b) Expor quais despesas tem maior representatividade;
- c) Verificar quais fatos proporcionam maiores impactos no Patrimônio Social;
- d) Identificar as variações de valores das despesas constituídas ao longo do ano.

Essa pesquisa busca contribuir com os estudos dos aspectos contábeis do terceiro setor e com a comunidade científica na análise dos aspectos contábeis inerentes às entidades sem fins lucrativos.

Estudando os temas ligados ao terceiro setor, é possível perceber sua relevância para a população, diante disso, é significativo que ele atue com transparência na área contábil, pois a sociedade deposita neste setor confiança e expectativas de melhorias, inclusive, da sua própria qualidade de vida. É um setor visto por muitos como fundamental para complementar as ausências e obrigações sociais não supridas pelo primeiro setor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro setor

A sociedade apresenta três setores de atividades: o primeiro, o segundo e o terceiro. Os campos se diferenciam, principalmente, na forma como são e quanto às suas finalidades.

Segundo Coelho (2002) *apud* Bettiol Júnior e Varela (2006), as diferenças entre os três setores se expõem assim:

Governo ou primeiro setor – Diferencia-se, sobretudo, pelo fato de validar e organizar suas ações por meio de poderes coercitivos. Tem sua atuação limitada e regulada por um arcabouço legal, fato esse que torna sua ação previsível a todos os atores da sociedade.

Mercado ou segundo setor – A demanda e as estruturas de preços baseiam a atividade de troca de bens e serviços, cujo fim principal é a obtenção de lucro. Comparativamente ao governo, o mercado atua sobre o princípio de coerção legal, ou seja, os clientes têm liberdade para escolher o quê e onde comprar.

Terceiro setor – Nesse segmento da sociedade, as atividades não têm característica coercitiva ou lucrativa, objetivando o atendimento de necessidades coletivas ou públicas.

A definição de Terceiro Setor foi originada da pesquisa de estudiosos norte-americanos nos anos 1970 e parte da ideia de que, além do Estado e do setor privado, haveria uma terceira via que reuniria atividades privadas voltadas para o atendimento de necessidades coletivas, conforme Josenir Teixeira (2011).

Souza (2004) enumera alguns atributos extraídos dos conceitos normalmente difundidos a respeito do terceiro setor:

a) finalidade não coercitiva; b) entidades não estatais; c) finalidades não lucrativas; d) entidade fora do mercado; e) visam atender necessidades coletivas; f) visam atender necessidades públicas; g) são organizações estruturadas; h) são organizações autogovernadas; i) contam com expressivo serviço voluntário; j) são organizações da sociedade civil; k) é expressão das práticas de caridade; filantropia e mecenato; l) é a forma de exercício da cidadania; e m) vinculação ao conceito de solidariedade.

Compreende-se que o terceiro setor visa contribuir com o primeiro setor, assim pode se caracterizar por prestar atividades de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos. Seus interesses coletivos referem-se aos de um determinado grupo; interesses públicos devem ser entendidos como algo mais amplo, referente ao conjunto da sociedade. Logo, no terceiro setor, podem-se encontrar entidades que defendem tanto um tipo como outro de interesses.

Conforme Olak e Nascimento (2010), as ESFL podem ser classificadas sob a ótica jurídica (aspectos legais), em função das atividades que desempenham, quanto à extensão dos benefícios sociais, quanto à origem dos recursos financeiros e econômicos que recebem etc.

O quadro abaixo separa as entidades do terceiro setor quanto às categorias.

Categoria	Principais Características
Associações	São organizações baseadas em contratos estabelecidos livremente entre os indivíduos para exercerem atividades comuns ou defenderem interesses comuns e mútuos. Estão voltados para seus membros, compreendendo uma grande variedade de objetivos e atividades, tais como recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias e profissionais (member-serving organizations).
Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade	São organizações voltadas para seus clientes na promoção de assistência social (abrigos, orfanatos, centros para indigentes, distribuição de roupa e comida etc.) e de serviços sociais nas áreas de saúde e educação (colégios religiosos, universidades e hospitais religiosos). Também se inclui nessa categoria a filantropia empresarial. Embora estas organizações sejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro, o que as diferencia daquelas são seus valores intrínsecos de altruísmo, boa vontade e serviço à comunidade.
Organizações não governamentais (ONGs)	Como no caso das associações, são organizações comprometidas com a sociedade civil. Movimentos sociais e transformação social. Embora também estejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro, diferenciam-se das associações por estarem, sobretudo orientada para “terceiros” grupos, ou seja, para objetivos externos aos membros que as compõem. Também se diferenciam das organizações filantrópicas – e isto é questão de honra para as ONGs – por não exercerem qualquer tipo de práticas de caridade, o que seria contrário à sua idéia de construção de autonomia, igualdade e participação dos grupos populares.
Fundações Privadas	É uma categoria de conotação essencialmente legal. A criação de uma fundação se dá, segundo o Código Civil Brasileiro, pelo instituidor, que, através de uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado.
Organizações Sociais	Trata-se de um modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades publicizáveis (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica. É uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos orientados para o atendimento do interesse público.
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	São organizações que afirmam um termo de parceria, destina-se à formação do vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público, cujos objetivos sociais tenham, pelos menos, uma das seguintes finalidades: promoção da assistência social, promoção cultura, defesa e conservação de patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação e da saúde, promoção da segurança alimentar e nutricional.

Fonte: LANDIM: Leah *apud* RODRIGUES, 1998. (com adaptações).

Quadro 1 – Principais categorias do terceiro setor no Brasil.

Segundo Mike Hudson (1999), as organizações do terceiro têm seus recursos financiados por quatro fontes distintas: vendas de produtos e serviços, doações, taxas (mensalidades etc) dos associados, subsídios e outros.

Olak e Nascimento (2010) conceituam esses recursos da seguinte forma:

- Receitas de vendas de produtos são produtos produzidos pela organização com a intenção de comercializar para arrecadar recursos, ou, ainda, vender serviços, visando resultar em receitas.
- Doações são os recursos gratuitamente recebidos de indivíduos, empresas, ou de outras entidades sem fins lucrativos não governamentais

na forma de dinheiro, outros bens, diretos ou, ainda, na forma de prestação de serviço.

- Subsídios (Subvenções) é uma ajuda do governo, sob a forma de transferência de recursos a uma determinada organização, em retribuição ao cumprimento passado ou futuro em atividades operacionais, ou seja, as entidades do terceiro setor que se enquadra a receber esse recurso conseguem cumprir seus objetivos sociais.
- As contribuições satisfazem aos recursos pecuniários oriundos de associados e outros indivíduos ou empresas que se comprometem periodicamente (mensal, trimestral, anualmente etc.) a contribuir com determinada quantia, prefixada ou não, para manutenção da entidade.

Diante dessas acepções, os mesmos autores dividem as contribuições em duas classes: contribuições de associados (referem-se aos recursos pecuniários oriundos das pessoas ou empresas filiadas à entidade, ou seja, são os sócios, sindicalizados etc) e as contribuições de não associados (são os recursos pecuniários oriundos de pessoas ou empresas estranhas ao quadro social da entidade, que por razões diversas, resolvem contribuir periodicamente com a mesma).

Os autores completam que além das formas de recursos já discriminadas, as ESFL podem ter ainda outras formas de recursos para auxiliar na manutenção de seus propósitos sociais, exemplos: taxas de inscrições cobradas na realização de eventos, aluguéis por uso esporádico de imóveis da entidade, bingos, bazar beneficente etc.

2.2 Os Sindicatos

Os sindicatos tornaram-se uma ferramenta de suporte para a sociedade que busca nessa categoria um instrumento de reivindicação e negociação com o empregador.

São entes sem fins lucrativos que penetram em todos os setores da vida social para contribuir com o Estado em nome do interesse nacional ou para defender, sejam perante ele ou perante o empresário, visando proporcionar uma solução adequada aos problemas relacionados com o respectivo conjunto.

Sindicato é a pessoa jurídica de direito privado que confere legitimidade e substituição processual dos interesses coletivos das categorias econômicas

(empresas) ou profissionais (empregados) e, nos termos da lei, substituição processual dos interesses individuais dos integrantes das mesmas categorias, segundo Batalha (1992).

Souza (2004) afirma que as associações agrupam pessoas com os mesmos interesses profissionais em evidente demonstração do direito social do trabalho, como a finalidade de estudar, defender e coordenar estes interesses, logo, os sindicatos assumem personalidade jurídica de associações civis sem fins lucrativos.

2.3 Aspectos contábeis no terceiro setor

Iudícibus e Martins (2009) conceituam a Contabilidade como a arte para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja pessoa física ou jurídica, entidade de finalidade lucrativa ou não lucrativa etc., portanto, tem um campo de atuação bastante amplo.

Para Silva e Tristão (2000, p.15), “a contabilidade representa uma realidade econômica e sua comunicação aos interessados por essa informação”.

Entende-se que a contabilidade é uma fonte de informação na prestação de conta, porquanto é essencial que as ESFL sejam transparentes e apresentem aos contribuintes as demonstrações contábeis, pois as contribuições são a base de sustentação para atingir seus objetivos.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, as demonstrações contábeis, que as ESFL devem elaborar são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Percebe-se que as ações e eventos concretizados diariamente pelas entidades, independente de seus fins, resultam na origem dos demonstrativos contábeis.

As demonstrações contábeis das entidades em estudo, especificamente dos sindicatos tem algumas peculiaridades conforme a Resolução CFC nº. 1409/12. Os detalhes dessas particularidades estão discriminados no quadro abaixo.

Demonstrações Contábeis	Conceito	Peculiaridade
Balanço Patrimonial	O balanço patrimonial é uma demonstração financeira obrigatória, representando uma apresentação resumida e ordenada do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio da companhia, em determinada data, num sentido estático. (SCHIMIDT, SANTOS, 2005).	Nas ESFL o Balanço Patrimonial, a conta capital será substituída pela conta Patrimônio Social e a conta lucros ou Prejuízos Acumulados trocados pela conta Superávits e ou Déficit Acumulados.
Demonstração do Resultado do Exercício	A Demonstração do Resultado do Exercício expõe, de maneira resumida, as operações realizadas pela entidade, durante um período de tempo, de forma a destacar o resultado líquido do período. (SILVA, TRISTÃO, 2000).	Nas entidades sem fins lucrativos a demonstração do resultado, sua designação é modificada para Demonstração do Superávit ou Déficit, sendo que deve evidenciar a composição do resultado de um determinado período.
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	A demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta as movimentações ocorridas com os lucros ou prejuízos acumulados e as movimentações acontecidas nas demais contas que integram o patrimônio líquido. SILVA (2012).	Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, sua denominação é alterada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).	A DOAR mostra a circulação dos recursos em termos de capital circulante líquido, detalhando as diversas fontes e aplicações de recursos que o afetaram. SILVA (2012).	Na Demonstração as Origens e Aplicações de Recursos, a palavra resultado é substituída pela expressão superávit ou déficit.

Fonte: elaboração própria, conceitos dos autores Chimidt, Santos (2005); Silva, Tristão (2000); Silva (2012) e resolução CFC 1.409/12.

Quadro 2 – Conceitos Demonstrações Contábeis e particularidade das entidades em estudo.

2.3.1 Receitas

Receita é a entrada de elementos para o ativo, ou seja, pode ser na forma de dinheiro ou de direito a receber, correlativos, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos, de aluguéis e outras origens (IUDÍCIBUS, MARTINS, 2010).

As receitas dos sindicatos são provenientes normalmente de contribuições e doações e seus recursos são aplicados diretamente nas atividades direcionadas para atingir seus objetivos sociais.

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sobre a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de

passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aportes dos proprietários da entidade. As receitas englobam tanto receitas propriamente dita como ganhos, definição apresentada conforme Deliberação Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Nº 539 de 14 de março de 2008.

2.3.2 Despesas

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aportes dos proprietários da entidade, segundo Deliberação CVM Nº 539 de 14 de março de 2008. Compreende-se que as receitas e despesas são essenciais, pois as mesmas demonstram informações significativas para as tomadas de decisões.

2.4 Prestações de contas das entidades do terceiro setor

A prestação de conta é uma ferramenta para mostrar onde os recursos foram aplicados. Essa comunicação é feita pelos relatórios de avaliação e relatórios contábeis, resultando em um instrumento importante da contabilidade que é identificar, mensurar e comunicar informação econômica e financeira a fim de permitir decisões de julgamentos adequados por partes dos interessados (OLAK, NASCIMENTO, 2010).

2.5 Análise financeira de sindicatos e associações de classe

A análise financeira é um instrumento essencial para saber detalhes dos resultados alcançados por qualquer organização seja ela com ou sem fins lucrativos.

No caso das entidades sem finalidade de lucro, como os sindicatos, Silva (2012, p. 35) trata das vantagens do emprego da análise financeira, exemplificando suas finalidades, nos seguintes termos:

Na prática, qualquer associação de classe, **sindicato patronal ou de empregados poderá tirar muito proveito da análise financeira para estudos, planejamento, reivindicações e como termômetro do desempenho das organizações** entre outros usos. (grifos nosso)

Segundo Matarazzo (2010), o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas o conjunto de índices que permita conhecer a conjuntura da entidade.

Os índices de estrutura de capitais mostram as grandes linhas de decisões financeiras em relação a obtenção e aplicação de recursos, esse conjunto possibilita que a organização tenha uma análise referente a participação de capitais de terceiros, a composição do endividamento, a imobilização do Patrimônio Social e a imobilização dos recursos não correntes.

Neste contexto, Matarazzo (2010), comenta que os índices de participação de capitais de terceiros relacionam as duas grandes fontes de recursos da organização, ou seja, capitais próprios e capitais de terceiros, afirma ainda, que é um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da organização, pode ser chamado também de índice de grau de endividamento, de acordo com sua interpretação quanto maior as relações capitais de terceiros/patrimônio social, menor a liberdade de decisões financeiras.

Após conhecer o grau de participação de capitais de terceiros, é importante saber qual a composição dessas dívidas. Sendo assim, Matarazzo (2010), explica que esse índice indica qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais e sua interpretação é de que quanto menor esse índice, melhor.

O índice de imobilização do patrimônio social indica quanto a organização aplicou no ativo permanente, sua interpretação é: quanto menor melhor. Esses investimentos no ativo não circulante, conforme Matarazzo (2010) mostra que a organização tem menos recursos próprios para o ativo circulante, resultando como consequência, maior será a dependência da entidade de capitais de terceiros.

O índice endividamento financeiro sobre o ativo total (EFSAT), de acordo com Silva (2012), mostra a participação do passivo financeiro no financiamento do ativo da organização, revelando a dependência da mesma, junto a instituições financeiras, sua interpretação é quanto maior, pior, ou seja, esse índice indica que quanto maior a organização depender de recursos para financiar seu ativo pior será a qualidade de sua estrutura de capitais.

Diante disso, esses resultados visam evidenciar a situação do patrimônio social tanto em seus aspectos operacionais como também econômicos, ou seja,

torna-se uma ferramenta auxiliando na direção na tomada de decisões, podendo assim tomar medidas corretivas e proativas na gestão.

3 METODOLOGIA

Na metodologia não existe um único procedimento e sim uma variedade de métodos que procura atender às necessidades conforme o assunto e a finalidade da pesquisa, ou seja, pesquisar com procedimento não implica ter uma atitude reprodutora, e, sim, cultivar um espírito crítico, reflexivo, amadurecido, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade (SILVA, 2010).

Dessa forma, este trabalho acadêmico tem como finalidade buscar, conhecer e analisar as contribuições teóricas expressadas, por meio de um estudo de caso, de natureza qualitativa, exploratória e caráter descritivo nos sindicatos “A” e “B”.

Conforme Silva 2010, p. 57):

Pesquisa Estudo de Caso é um estudo que analisa um ou poucos fatos com profundidade. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias e no início de pesquisa mais complexas. O Estudo de Caso pode ser utilizado para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionário, observações dos fatos, análise documental. O objeto a ser pesquisado neste tipo de pesquisa pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, uma organização ou até mesmo uma situação.

Silva (2010) afirma que as pesquisas qualitativas têm-se preocupado com os elementos e processos sociais, levando em conta a importância das motivações, das crenças, dos valores, das representações sociais e econômicas que permeiam a rede de relações sociais.

A análise dos reflexos da utilização dos demonstrativos contábeis no processo de gestão de uma entidade sem fins lucrativos é uma pesquisa qualitativa em contabilidade, ou seja, essa tipologia de pesquisa é essencial no aprofundamento de questões relacionadas à área, seja na parte teórica ou na prática (BEUREN, 2010).

Na pesquisa qualitativa concebe-se análise mais profunda, em relação ao fenômeno que está sendo estudado (BEUREN, 2009).

Segundo Beuren (2012), a pesquisa exploratória normalmente ocorre quando se tem pouco conhecimento a respeito da temática a ser abordada. Sendo que esse estudo busca conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

De acordo Silva (2010), esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico e, na maioria das vezes, assume a forma de um estudo de caso.

Conforme Silva (2010, p. 59) “pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”.

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário com a pesquisa exploratória, ou seja, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos, assim, os resultados obtidos com base em uma pesquisa exploratória podem contribuir no sentido de identificar semelhanças existentes entre as variáveis estudadas de determinada população. Portanto, o pesquisador informa sobre situações, fatos, opiniões ou comportamento que tem lugar na população analisada.

As entidades analisadas são 02 (dois) sindicatos, cujo segmento, são servidores públicos federais, regido pela lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Após um estudo bibliográfico a respeito do tema, apresenta-se neste tópico, o estudo de caso com o sindicato “A” e sindicato “B”, por se tratarem de um setor extremamente importante para a sociedade e por utilizar recursos provenientes das partes interessadas em prol de bem coletivo.

Para expandir o seu papel na sociedade é importante que essas entidades não se limitem somente a demonstrar o seu objetivo, mas também prestem contas aos seus interessados.

Neste contexto, para este estudo, foram coletados dados das demonstrações contábeis (balancetes, demonstração do superávit ou déficit, balanço patrimonial) desses sindicatos.

Segundo Moraes Júnior et al (2010) em seu estudo sobre a evidenciação dos demonstrativos em entidades sindicais, afirmam que os resultados que os associados a uma entidade sindical, desejam saber, para avaliar a gestão da entidade, não somente quanto foi gasto de recursos, mas como foi gasto.

Apontaram ainda, que os resultados alcançados demonstra que a aprovação ou não de um gasto realizado pela diretoria do sindicato depende da informação de como o recurso foi aplicado, assim, quando se aplica recursos para atender o interesse dos representados e principalmente, evidencia detalhadamente estes

gastos, aumentando a transparência da gestão financeira, obtêm maior credibilidade e aprovação política.

As análises e verificações serão de forma separada e, depois comparativas, no sentido de evidenciar as receitas e despesas de todos os períodos contábeis em estudo, ou seja, os percentuais serão calculados de forma individualizada, mas juntando todas as receitas e despesas, destacando as que tiverem maiores representações.

Os gráficos e tabelas, exibidos a seguir vem explicar e proporcionar uma visão clara e bem objetiva referente aos cálculos realizados.

Os resultados que se esperam alcançar dentro das divulgações das prestações de contas das entidades sindicatos “A” e “B” são verificar e identificar como estão sendo destinados os recursos dessas entidades, quais são os reflexos das despesas e quais tem maior representatividade.

Referente à tipologia, os procedimentos para conduzir a pesquisa consistem em obter dados através de pesquisas bibliográficas, artigos científicos e leis, pois, segundo Carlos Gil (1999), a ferramenta mais importante para alcançar um objetivo é a metodologia tomada pela coleta de dados.

As informações adquiridas serão por meio de dados apresentados pelos sindicatos para seus associados contribuintes, assim como Jornais Informativos dos demonstrativos contábeis e publicações feitas das prestações de contas.

Nesse contexto, os resultados que se almejam alcançar consiste em fruto de uma análise dos reflexos da utilização dos demonstrativos contábeis apresentados por dirigentes de sindicatos (entidades sem fins lucrativos) e descritivo, pois, a finalidade é descrever dados apresentados, realizando uma comparação de dados (BEUREN, 2012).

A limitação deste estudo foi no acesso das divulgações das prestações de conta, inclusive nas demonstrações contábeis, de acordo com a Federação de Sindicatos dessa categoria, atualmente existe 46 sindicatos em todo Brasil, que representa os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Brasileiras, assim, foi realizado uma busca em todos os sites dos sindicatos desse segmento.

Percebeu-se que a maioria das entidades deste segmento, quando apresentam suas prestações de contas, é de forma bem sintética, divulgando

apenas relatórios de gestão e quando divulgam as demonstrações contábeis é apenas de um exercício, tornando-se inviável a análise.

4 DADOS E ANÁLISE

As demonstrações dos resultados abrangem receitas e despesas relativas a determinado período, que geralmente é de um ano. As receitas operacionais decorrem das operações normais e habituais de uma organização (SILVA, 2012).

Silva (2012) afirma ainda que as despesas operacionais decorrentes compreendem os gastos incorridos com as atribuições da administração geral, tais como: salários e encargos de pessoal administrativos, materiais de escritórios e outras com as mesmas características. As despesas e receitas financeiras são os resultados financeiros.

As receitas dos sindicatos são provenientes normalmente de contribuições e doações e seus recursos são aplicados diretamente nas atividades voltadas para atingir seus objetivos sociais.

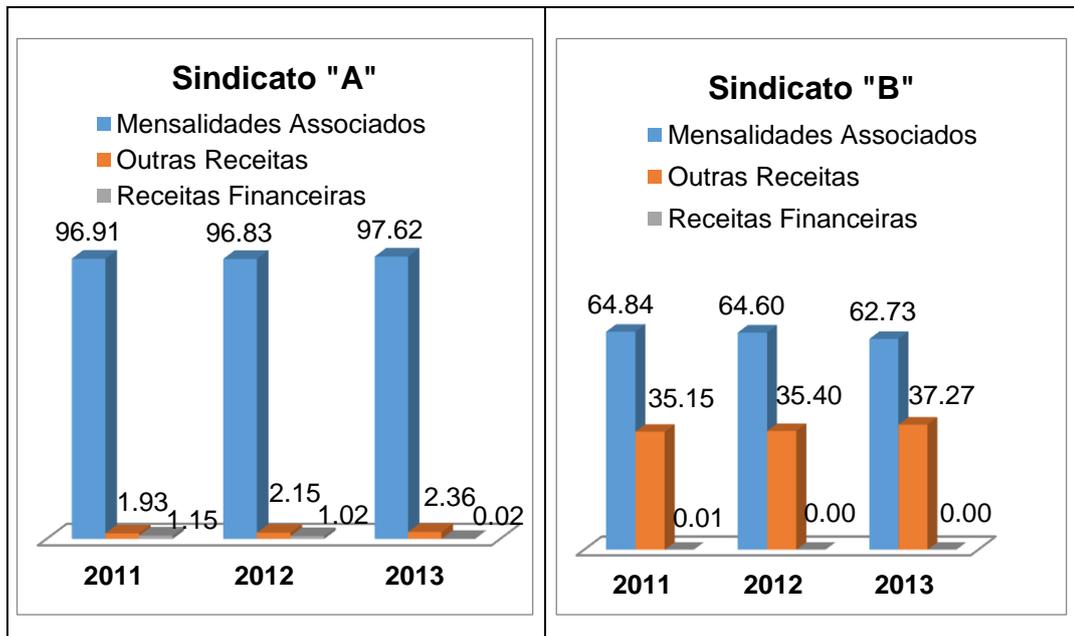
No decorrer desta seção, serão apresentados os dados relacionados a despesas e receitas dos sindicatos selecionados.

4.1 Evidenciação de receitas e despesas dos sindicatos em estudo

Os dados consistem de uma análise por meio da comparação entre os resultados obtidos. Ao analisar as demonstrações contábeis dos sindicatos, percebe-se que seus recursos são oriundos de mensalidades dos associados, outras receitas (referem-se a doações, aluguel e taxa sobre ganhos processuais) e receitas financeiras.

No gráfico abaixo buscou-se evidenciar as receitas adquiridas durante os exercícios 2011/2013, já que as mesmas foram fonte de sustentação para sua sobrevivência.

Gráfico 1 – Proporção das receitas do sindicato “A” e “B” exercício 2011.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados das demonstrações contábeis 2011.

Com base no gráfico acima, verifica-se que no exercício de 2011, a extensão das mensalidades dos associados o sindicato “A” predominam como principal recurso para entidade, dentro de outras receitas estão os aluguéis e taxas sobre êxitos processuais e receitas financeiras que são os rendimentos sobre as aplicações.

Compreendem-se alguns traços em comum nos sindicatos, contudo, cabe observar no sindicato “B” que as receitas dos associados em relação à entidade “A” apresentam uma proporção de 29,08% a menor e na composição de outras receitas, que tem uma representação significativa, estão receitas de aluguéis, taxas sobre ações judiciais e serviços oferecidos, assim como, tratamento dentário. Os volumes dessas receitas serão detalhados nas tabelas 1 e 2.

No exercício de 2012, quanto às suas distribuições, comparado com o ano anterior, no sindicato “A” as receitas oriundas das mensalidades dos associados continuaram em torno de 96%, e constatou-se um aumento de 0,22%, fato pode-se justificar-se um crescimento nas filiações dos associados, em outras receitas e percebe-se uma diminuição de 0,13% nas receitas financeiras, situação explica-se em função das despesas do período ultrapassaram as receitas, que serão demonstradas na tabela 3.

No sindicato “B”, confrontando com o exercício anterior, as mensalidades dos associados permaneceram em torno de 64%, teve um aumento de 0,13% em outras receitas e observou-se que não teve nenhum rendimento nas receitas financeiras.

O gráfico abaixo aponta os dados referente ao exercício de 2013. Quanto à composição das receitas, as duas entidades permaneceram as mesmas conforme relatado no gráfico 1.

De acordo com o gráfico 1 o sindicato “A”, no ano de 2013 comparado com o exercício de 2012, ocorreu um aumento de 0,8% nas receitas referente às mensalidades dos associados, em outras receitas constatou-se um acréscimo de 0,21%, fruto de um crescimento nas taxas sobre ganhos judiciais, e percebe-se que nas receitas financeiras caiu 1% o que é demonstrado na tabela 1.

No sindicato “B”, comparando os exercícios de 2012 e 2013 constatou-se uma diminuição de 1,87% nas receitas dos associados percebe-se desfiliações de associados, por outro lado, os dados apontam em igual proporção um aumento em outras receitas.

Nesse sentido, as tabelas 1 e 2 abaixo discriminadas expõem o volume das receitas nos três períodos das entidades em estudo.

SINDICATO	2011	2012	2013
“A”	R\$1.574.740,71	R\$1.900.061,29	R\$ 1.714.241,77
“B”	R\$1.553.579,47	R\$1.424.217,36	R\$ 1.602.420,99

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis.

De acordo com a tabela 1 acima, constatou-se que no exercício de 2012, a arrecadação anual do sindicato “A” aumentou em R\$ 325.320,58 comparado com o exercício anterior, esse aumento ocorreu devido ao acréscimo significativo nas mensalidades dos associados.

Em 2013, observou-se que na receita anual ocorreu um decréscimo de R\$185.819,52 confrontado com o exercício de 2012.

Percebe-se que no exercício de 2013, a arrecadação teve uma diminuição, comparando com 2011 e 2012, esse decréscimo ocorreu nas mensalidades dos associados, em outras receitas e, também, na queda nos rendimentos financeiros.

Tabela 2 – Volume das Receitas Sindicato “B”, exercícios 2011/2013.

Volume Receitas	2011	2012	2013
Mensalidade Associados	R\$1.007.368,43	R\$ 920.067,47	R\$ 1005.194,38
Outras Receitas	R\$ 546.112,23	R\$ 504.106,96	R\$ 597.226,61
Receitas Financeiras	R\$ 98,81	R\$ 42,93	R\$ 0,00
Total	R\$1.553.579,47	R\$1.424.217,36	R\$ 1.602.420,99

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis

Na tabela 3, observou-se que o sindicato “B” ao contrário do sindicato “A” apontou uma diminuição de R\$ 87.300,96 nas mensalidades dos associados e R\$ 42.005,27 em outras receitas, comparando os exercícios de 2011 e 2012.

No gráfico 1 as receitas financeiras evidenciaram um percentual de 0,01% em 2011 e no exercício seguinte essa proporção nem aparece por ser muito baixa.

Em 2013, verifica-se que o sindicato “B” diferente do sindicato “A”, apontou-se um acréscimo de R\$ 85.126,91 nas receitas oriundas de mensalidades de associados e R\$ 93.119,65 relativos a outras receitas.

Em suma, compreende-se que esses recursos injetados pelos contribuintes visam nessa parceria um amparo de interesse coletivo no social e econômico.

Diante do objetivo das entidades sindicais de exibir resultados satisfatórios para as suas partes interessadas, compete aos sindicatos prestarem informações para onde estão sendo alocados esses aportes.

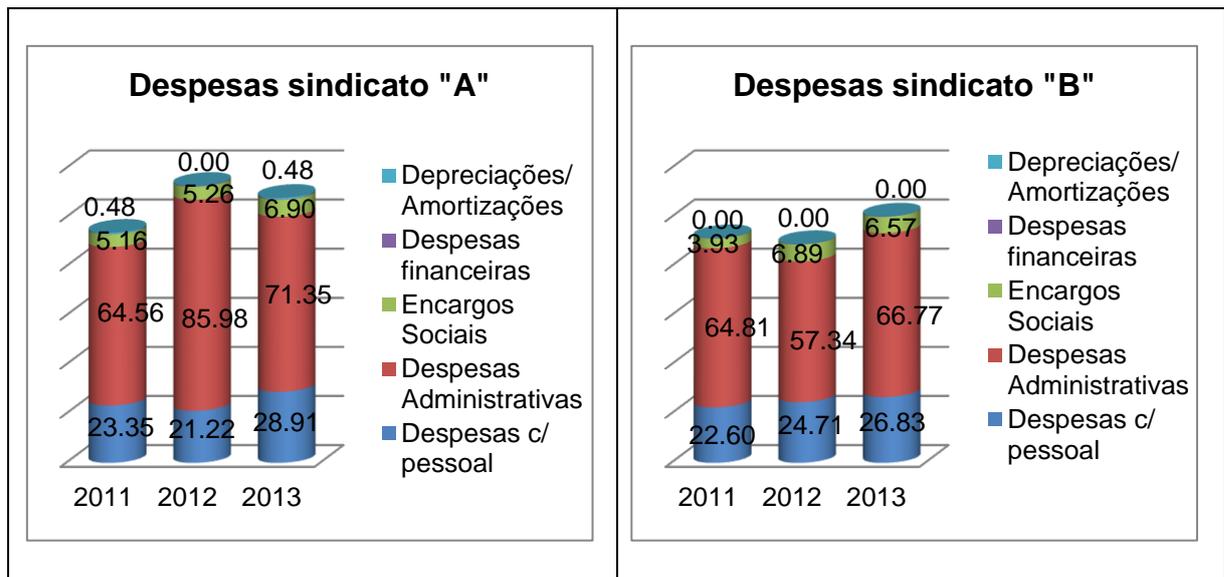
4.2 Evidenciação e comparação: Despesas dos sindicatos “A” e “B”.

As despesas dos sindicatos implicam em despesas operacionais, tais como, salários e encargos sociais de pessoal, material de escritório, telefones, despesas jurídicas, entre outras necessárias às atividades da entidade.

As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações desempenhadas pela organização, entendendo-se como necessárias as pagas ou incorridas para a realização das operações exigidas pela atividade da organização. (Decreto nº 3.000/99 – art.299).

De forma sintética, o gráfico abaixo apresenta as principais despesas constituídas pelos sindicatos em estudo, nos períodos de 2011/2013.

Gráfico 4 – Proporção das despesas do sindicato “A” e “B” exercícios 2011/2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis das entidades em análise.

Diante dos dados apresentados no gráfico 4 percebe-se que as despesas dos sindicatos em questão são compostas da seguinte forma: despesas com pessoal, despesas administrativas, encargos sociais, despesas financeiras e depreciações/amortizações.

Ao analisar as despesas das duas entidades nos três exercícios, constata-se que as despesas administrativas são as que demonstram maior representatividade, sendo assim, as despesas que tiveram uma maior participação para o crescimento das despesas totais estão detalhadas abaixo nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Despesas que tem maior representatividade no sindicato “A”.

Despesas Administrativas	2011	2012	2013
Prestação de serviço	R\$ 231.676,91	R\$ 299.231,96	R\$ 279.909,94
Confraternização/festividade	R\$ 187.791,05	R\$ 217.486,91	R\$ 96.845,10
Federação e central	R\$ 159.491,96	R\$ 159.217,27	R\$ 159.217,27
Ajuda de custo/diárias	R\$ 126.800,96	R\$ 305.332,09	R\$ 147.228,00
Anúncios e publicações	R\$ 94.089,21	R\$ 161.371,60	R\$ 120.905,16
Total	R\$ 799.850,09	R\$ 1.142.639,83	R\$ 804.105,47

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis 2011/2013 da entidade A.

Tabela 4 – Despesas que tem maior representatividade no sindicato “B”.

Despesas Administrativas	2011	2012	2013
Prestação de serviço	R\$ 260.183,61	R\$ 114.769,80	R\$ 156.292,14
Confraternização/festividade	R\$ 34.299,52	R\$ 40.831,14	R\$ 52.667,32
Federação e central	R\$ 86.027,88	R\$ 89.542,65	R\$ 96.072,82
Ajuda de custo/diárias	R\$ 20.040,20	R\$ 39.371,56	R\$ 47.857,33
Anúncios e publicações	R\$ 43.530,87	R\$ 65.657,24	R\$ 63.708,34
Total	R\$ 444.082,08	R\$ 350.172,39	R\$ 416.597,95

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis 2011/013 da entidade B.

Observou-se que o sindicato “A” apresentou as seguintes variações: gastos com prestação de serviço comparando os anos 2011/2012 um aumento de R\$67.555,05, por outro lado, em 2013 diminuiu R\$ 19.322,02. Com confraternização/festividade exibiu um aumento de R\$ 29.695,86 confrontando o ano de 2011/2012, contudo, em 2013 apresentou uma diminuição significativa de R\$120.641,81. Referente às filiações em outras organizações, nos três exercícios, os gastos ficaram em torno de R\$159.000,00. Com ajuda de custo/diárias apontou um crescimento de R\$ 175.531,13 comparando 2011/2012, todavia, em 2013 apresentou uma diminuição de R\$186.466,44. Com anúncios e publicações nos períodos 2011/2013 um acréscimo de R\$ 67.322,39 e em 2013 um decréscimo de R\$ 40.466,44.

Percebe-se que o sindicato “B” expôs as seguintes variantes: gastos com prestação de serviço, ao contrário da entidade “A”, nos anos 2011/2012 apontou uma diminuição significativa de R\$145.413,81, por outro lado, em 2013 aumentou R\$ 41.522,34. No que se refere confraternização/festividade apresentou um aumento de R\$ 6.531,62 confrontando o ano de 2011/2012, mas, em 2013 mostrou-se acréscimo de R\$11.836,18. Referente às filiações em outras organizações, observou-se um aumento de R\$ 3.514,77 comparando o exercício 2012 com o anterior e um crescimento de R\$ 6.701,26, em 2013. Com ajuda de custo/diárias constatou-se um acréscimo de R\$ 19.331,36 confrontando 2011/2012, e, em 2013, apresentou um aumento de R\$8.485,77. Com anúncios e publicações nos anos 2011/2013, um acréscimo de R\$ 22.126,37 e, em 2013, um decréscimo de R\$ 1.948,90. Não foi identificado no sindicato “B” nenhuma depreciação/amortizações em nenhum período.

A tabela 5 apresenta a confrontação das receitas e despesas durante os três períodos em estudo.

Tabela 5 – Confrontação das receitas e despesas Sindicato “A”.

Receitas/Despesas	2011	2012	2013
Receita Anual	R\$1.574.740,71	R\$1.900.061,29	R\$1.714.241,77
Despesa Anual	R\$1.474.968,96	R\$2.150.872,33	R\$1.849.084,06
Resultado	R\$ 99.771,75	R\$(250.811,04)	R\$ (134.842,29)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis.

O sindicato “A” no exercício de 2011 apresentou em seu resultado superávit. No exercício seguinte, apresentou um crescimento em sua receita anual, por outro

lado, suas despesas anuais ultrapassaram as receitas, resultando em déficit no período.

Em 2013, a receita anual apontou diminuição, contudo, as despesas não acompanharam, fechando o exercício novamente em déficit. Pelos dados apresentados constatou-se que os resultados apurados apontaram que a entidade estava com a saúde financeira afetada.

Tabela 9 – Confrontação das receitas e despesas do Sindicato “B”.

Receitas/Despesas	2011	2012	2013
Receita Anual	R\$1.553.579,47	R\$1.424.217,36	R\$1.602.420,99
Despesa Anual	R\$1.420.840,96	R\$1.268.559,72	R\$1.607.017,39
Resultado	R\$ 132.738,51	R\$155.657,64	R\$ (4.596,40)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis.

No sindicato “B”, ao contrário do sindicato “A”, constatou-se que as receitas anuais nos exercícios de 2011 e 2012 supriram as despesas, resultando em superávit. No exercício seguinte apresentou um crescimento em sua receita anual, contudo, apesar desse aumento, as despesas ultrapassaram as receitas, fechando o exercício em déficit.

4.3 Análise financeira na estrutura do patrimônio social dos sindicatos “A” e “B”.

A análise financeira é uma ferramenta que auxilia na avaliação de uma organização, nesse sentido o estudo a seguir está relacionado à estrutura do patrimônio social.

Para calcular os índices de imobilização do patrimônio social (IPS)¹, índice de participação de capitais de terceiros (PCT), composição do endividamento (CE) e endividamento financeiro sobre o ativo total (EFSAT), conforme Silva (2012), usam-se as seguintes fórmulas:

$$IPS = AP/PS \times 100$$

$$PCT = (PC + PELP) \times 100$$

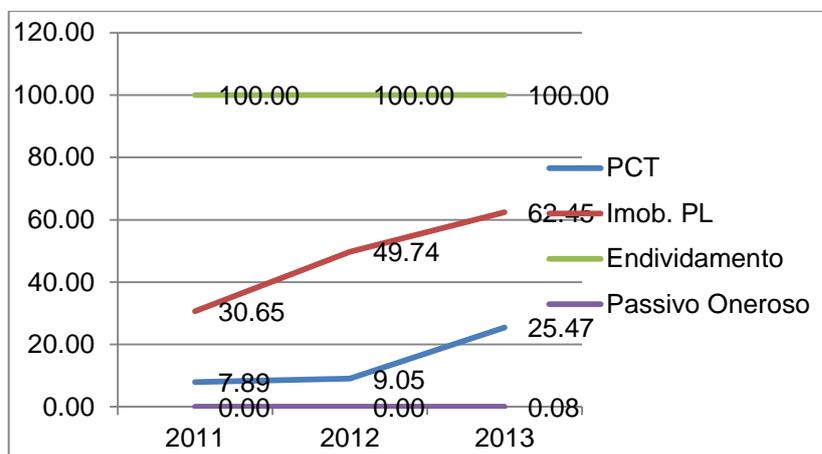
$$CE = (PC / (PC + PELP)) \times 100$$

$$EFSAT = PCF \text{ (curto/longo prazo)} / AT$$

¹ O IPS corresponde ao índice de Imobilizações do Patrimônio Líquido (IPL) das empresas

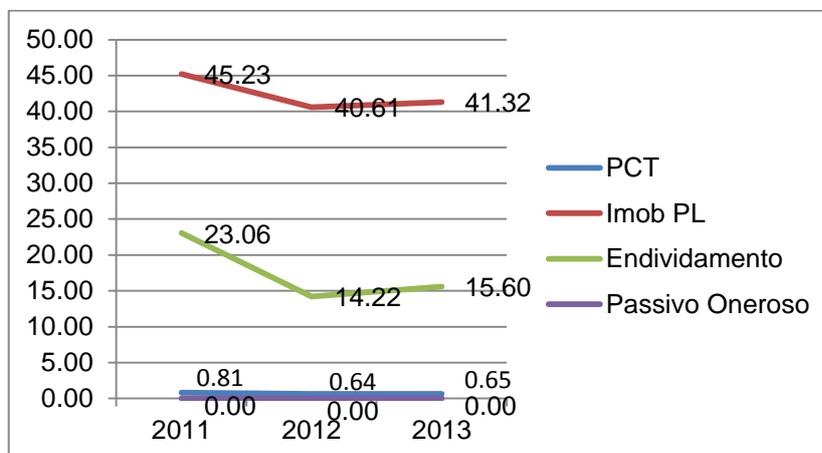
Os gráficos 5 e 6 mostram a situação financeira dos sindicatos em análise, em relação aos recursos terceiros, a imobilização do patrimônio social, composição do endividamento e passivo oneroso.

Gráfico 5 – Indicadores de estrutura do Patrimônio Social do sindicato “A”.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis 2011/2013 da entidade A.

Gráfico 6 – Indicadores de estrutura do Patrimônio Social do sindicato “B”, exercícios 2011/2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados das demonstrações contábeis 2011/2013 da entidade B.

Diante do exposto nos gráficos 5 e 6 podem-se fazer alguns comentários sobre a situação das entidades “A” e “B”.

Analisando o índice de estrutura em relação à imobilização do patrimônio social de 2011 nos sindicatos “A” e “B”, os dados apontam que o sindicato “A” imobilizou 30,65% e o sindicato “B”, 45,23%, ou seja, esses dados indicam que para

cada R\$100,00 de capital próprio a entidade sindicato "A" tem aplicado no ativo permanente R\$30,65 e o sindicato B, R\$45,23.

No exercício seguinte, o sindicato "A" imobilizou ainda mais chegando a um acréscimo de 19,09% comparado com o ano anterior e, no exercício de 2013, um aumento de 12,70% e o sindicato "B" no exercício 2012 diminuiu 4,62% de imobilização do patrimônio social comparando com o antecedente, contudo, em 2013 aumentou 0,71% comparado com 2012.

No exercício seguinte, o sindicato "A" imobilizou ainda mais, chegando a um acréscimo de 19,09% comparado com o ano anterior e no exercício de 2013, um aumento de 12,70% e o sindicato "B", no exercício 2012, diminuiu 4,62% de imobilização do patrimônio social comparado com o antecedente, contudo, em 2013 aumentou 0,71% comparado com 2012.

Diante disso, identifica-se que o patrimônio social não foi suficiente para cobrir os investimentos no ativo permanente.

Nos dados expostos evidenciou-se que há risco para os dois sindicatos, todavia, o sindicato A está com a situação financeira mais desconfortável, pois, nos exercícios em estudo, em nenhum momento teve sobra para investir no ativo circulante, logo, percebe-se sua dependência do capital de terceiros.

Esses riscos, conforme interpretação do IPS (quanto maior pior) identificam que os dois sindicatos apresentam um nível alto no índice de imobilização do patrimônio social.

Analisando os dois sindicatos quanto ao índice de estrutura em relação à participação de capitais de terceiros, os gráficos 8 e 9 mostram que o sindicato "A" tomou de terceiros, em 2011, 7,89% e o sindicato B, 0,81%.

Verificou-se que o sindicato A subiu 1,17% comparado com o exercício de 2011 e 2012 e, em 2013, a mesma entidade apresentou um aumento de 16,41% comparado com o ano anterior, já o sindicato B comparando com o ano de 2011 e 2012 diminuiu 0,17% e, em 2013, aumentou 0,01%.

Esse resultado evidenciou o reflexo da dependência da entidade A em relação aos recursos externos, dentro de sua interpretação conceitual (quanto menor, melhor), compreendeu-se que os índices dos sindicatos têm-se mantido inconstantes. Analisando-se os motivos desse comportamento, deve-se levar em

consideração que a entidade “A” não trabalha com PCLP (Passivo Circulante Longo Prazo), ao contrário da entidade “B”.

Analisando os gráficos 8 e 9, referente ao índice de estrutura (composição do endividamento), os dados apontam que o sindicato “A”, nos três exercícios, apresentou um grau de endividamento de 100%. Nesse sentido, esse resultado indica que as dívidas totais da entidade devem ser pagas em curto prazo, ou seja, quanto maior o percentual das dívidas de curto prazo, maior será a pressão para a geração de recursos de curto prazo.

O sindicato B, no exercício de 2011, obteve um índice de endividamento de 23,06%, indicando uma diminuição de 8,84% em relação a 2012, sendo que, em 2013, ocorreu um acréscimo de 1,38% em relação a 2012.

Analisando o índice de EFSAT, percebeu-se que no sindicato A, nos exercícios de 2011 e 2012, não evidenciou a participação do passivo financeiro no ativo do sindicato. Em 2013, percebeu-se uma pequena percentagem dessa participação junto a instituições financeiras. Constatou-se nas demonstrações contábeis de 2013, no passivo circulante, empréstimo no valor de R\$ 37.267,50 (trinta e sete mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

O sindicato B, conforme exposto no gráfico 9, não apresentou nenhum índice de passivo oneroso em nenhum dos exercícios em estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desse estudo foi analisar a relação entre a destinação das receitas das entidades sindicais “A” e “B”, no período de 2011-2013 e demonstrar o impacto das despesas no Patrimônio Social. Para conseguir alcançá-lo, foi realizado um estudo em livros e leis sobre o contexto em questão. Em seguida, usaram-se os dados coletados disponibilizados pelas entidades para as partes interessadas.

Analisando os dados coletados dos sindicatos “A” e “B”, nos exercícios 2011-2013 constata-se relação em comum quanto à destinação das receitas. Percebe-se que as entidades têm geralmente as mesmas receitas e despesas, todavia, a entidade “A”, em suas destinações apresenta em maior proporção.

Conforme os dados apresentados compreende-se que as despesas estão modificando a situação patrimonial das entidades. No sindicato “A” o impacto dessas despesas resultando em déficit nos exercícios 2012 e 2013 e no sindicato “B” no

exercício de 2013. O estudo evidenciou que há risco para os dois sindicatos, todavia, a entidade “A” apresentou uma situação financeira mais desconfortável.

Os resultados apresentados talvez sejam motivados pela imaturidade gerencial ainda presente ou por uma falta de um planejamento adequado e auxílio na tomada de decisões, assim, o uso da análise financeira irá auxiliar na tomada de decisões, podendo evitar resultados negativos futuros, percebe-se que as entidades precisam de novas estratégias.

Destaca-se que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados em virtude de a pesquisa ser apenas como base em duas entidades, uma vez que esses sindicatos representam apenas 4,35% do total de sindicatos dessas categorias no Brasil.

Por fim, recomenda-se a realização de novas pesquisas com a finalidade de estudar a estrutura do patrimônio social nas ESFL (receitas predominantemente oriundas de contribuições sindicais e por subvenções), pois essa análise permitirá um diagnóstico preciso deste setor que é tão essencial para a sociedade.

Referências

ASSIS, Márcio Sanches de Assis; MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. **Transparência nas entidades do terceiro setor** : A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho. São Paulo USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/149>>. Acesso em: 5 maio 2014.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sindicatos e sindicalismo**. São Paulo. LTDA, 1992.

BETTIOL JUNIOR, Alcides; VARELA, Patrícia Siqueira. **Demonstrações contábeis para instituições do terceiro setor**: Um estudo do STATEMENT OF FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS. nº 117, 2006. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos62006/539.pdf>>. Acesso em: 6 junho 2014.

BEUREN, Ilse Maria. LONGARAY; André Andrade. **Como elaborar trabalhos monografias em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Ilse Maria. LONGARAY; André Andrade. **Como elaborar trabalhos monografias em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: 06 junho 2014.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm>. Acesso em: 03 junho 2014.

_____. **Lei nº 9.532, de 10 de dezembro 1997**. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/Ant2001/lei953297.htm>>. Acesso em: 06 junho 2014.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990**. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 6 junho 2014.

_____. (Decreto) **Lei nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm>. Acesso em: 6 junho 2014.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 6 junho 2014

Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº539, de março de 2008.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli539.pdf>>. Acesso em: 06 junho 2014.

Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n.º 1.409/12, 21 de dezembro de 2012.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/001409> . Acesso em: 06 junho 2014.

Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras – Fasubra. Disponível em:<<http://www.fasubra.org.br/>>. Acesso em: 06 junho 2014.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: O desafio de Administrar sem Receita.** São Paulo: Makron Books,1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade introdutória.** São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Camine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES JÚNIOR, Valdério Freire de; BRASIL, Antônio Marcos Soares; NETO, Pedro Lopes de Araújo. Evidenciação dos demonstrativos em entidades sindicais: Caso dos Auditores Fiscais do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v.23, n.1, p.47-60. jan/jun 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/953/1265>> . Acesso em: 06 junho 2014.

OLAK, Paulo Arnaldo. NASCIMENTO, Diogo Toledo do Nascimento. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo.** São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Cleston Alexandre. **Práticas de contabilidade das organizações sem fins lucrativos de Curitiba.** Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D035.pdf>>. Acesso em: 06 junho 2014.

SCHIMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de contabilidade societária: Coleção Resumos de Contabilidade.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplica à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 3. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeiras das empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SIVANO, Ana Paula Rodrigues. **Fundações públicas e terceiro setor**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SOUZA, Leandro Marins de. **Tributação do terceiro setor no brasil**. São Paulo: Dialética, 2004.

SZAZI, Eduardo, **Terceiro setor: regulação no brasil**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

TEIXEIRA, Josenir. **O terceiro setor em perspectiva**. Belo Horizonte. Fórum, 2011.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Nível de evidência contábil das organizações dos terceiro setor**. São Paulo: junho.2013. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos132013/105.pdf>>. Acesso em: 06 junho 2014.

APÊNDICE

(Dados coletados das Demonstrações Contábeis dos sindicatos em estudo)

Sindicato "A"			
	31/12/11	31/12/12	31/12/13
ATIVO TOTAL	732.400,43	505.120,04	463.156,89
ATIVO CIRCULANTE	333.323,04	83.712,00	41.633,76
ATIVO PERMANENTE	208.073,80	230.404,45	230.519,54
PASSIVO TOTAL	732.400,43	505.120,04	463.156,89
PASSIVO CIRCULANTE	53.553,51	41.937,51	94.007,32
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO			
PATRIMÔNIO SOCIAL	678.846,92	463.182,50	369.149,57

Sindicato "B"			
	31/12/11	31/12/12	31/12/13
ATIVO TOTAL	1.209.617,46	1.364.275,25	1.359.822,00
ATIVO CIRCULANTE	510.101,68	745.152,37	732.009,12
ATIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	156.800,82	68.581,27	69.581,27
ATIVO PERMANENTE	542.714,96	550.541,61	558.231,61
PASSIVO TOTAL	1.209.617,46	1.364.275,25	1.359.822,00
PASSIVO CIRCULANTE	2.236,07	1.236,22	1.379,37
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	7.459,93	7.459,93	7.459,93
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.199.921,46	1.355.579,10	1.350.982,70